



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2025

(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)

Requerimento de Informação ao Ministro da Casa Civil, Sr. Rui Costa, sobre gastos elevados da comitiva da Primeira Dama, Sra. Rosângela Lula da Silva, que ultrapassaram R\$ 140 mil durante sua recente viagem a Roma.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho por meio deste requerer informações detalhadas sobre os gastos elevados da comitiva da Primeira Dama, Sra. Rosângela Lula da Silva, que ultrapassaram R\$ 140 mil durante sua recente viagem a Roma. Em um momento em que o país enfrenta um rombo significativo nas contas públicas, é imprescindível que haja transparência e responsabilidade na utilização dos recursos públicos.

A fim de esclarecer sobre o assunto, respondendo as seguintes perguntas:

1. Quais foram os itens detalhados que compuseram os gastos da comitiva da Primeira Dama em Roma?
2. Existe um planejamento prévio que justifique a necessidade da viagem da Primeira Dama e sua comitiva?
3. Quais critérios foram utilizados para a escolha dos membros da comitiva que acompanhou a Primeira Dama?
4. Há previsão de reembolso ou devolução de valores não utilizados durante a viagem?
5. Como o governo justifica esses gastos em um momento de crise fiscal?
6. Quais foram os benefícios diretos ou indiretos para o Brasil decorrentes dessa viagem?
7. Existe um relatório de prestação de contas sobre os gastos da viagem que possa ser disponibilizado ao público?
8. Que medidas estão sendo tomadas para evitar gastos excessivos em futuras viagens oficiais?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

Apresentação: 18/02/2025 16:03:41.897 - Mesa

RIC n.454/2025

9. Como o governo pretende garantir a transparência em relação a gastos da Primeira Dama e sua comitiva?
10. Há planos para revisar as políticas de viagens oficiais para garantir que sejam mais econômicas e eficientes?

JUSTIFICAÇÃO

A atual situação econômica do Brasil exige que todos os gastos públicos sejam justificados e monitorados. A utilização de recursos em viagens e privilégios para a Primeira Dama, especialmente em um cenário de crise fiscal, levanta questões sobre a prioridade e a necessidade desses gastos.

Em tempos de dificuldades financeiras, é fundamental que o governo priorize investimentos em áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura. A percepção de que recursos estão sendo utilizados para bancar viagens de luxo pode gerar descontentamento e desconfiança na população.

A Constituição Federal estabelece que a administração pública deva seguir princípios de moralidade e eficiência. Gastos excessivos em viagens oficiais podem ser interpretados como uma violação desses princípios, especialmente quando há alternativas mais econômicas disponíveis.

O papel do Legislativo é fundamental na fiscalização das ações do Executivo. É necessário que os parlamentares tenham acesso a informações claras e detalhadas sobre os gastos públicos, para que possam exercer sua função de controle e garantir que os recursos sejam utilizados de forma adequada.

A liderança do país deve servir como exemplo para a sociedade. Em um momento em que muitos brasileiros enfrentam dificuldades financeiras, é crucial que as autoridades demonstrem compromisso com a austeridade e a responsabilidade no uso do dinheiro público.

Sala de Sessões, em de de 2025

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

